

FACULDADE JK MICHELANGELO

**UNIÃO NACIONAL DE ANALISTAS TRANSACIONAIS –
UNAT – BRASIL**

PÓS-GRADUAÇÃO EM ANÁLISE TRANSACIONAL

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E
SÍNDROME DE PASSIVIDADE: UM DIALÓGO POSSÍVEL**

ALINE GONÇALVES URIAS

UBERLÂNDIA – MG

2016

ALINE GONÇALVES URIAS

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E
SÍNDROME DE PASSIVIDADE: UM DIALÓGO POSSÍVEL**

Artigo de conclusão do curso apresentado à Faculdade JK/Michelangelo e União Nacional de Analistas Transacionais – UNAT-BRASIL, como requisito parcial do curso de Pós-Graduação para obtenção do título de especialista em Análise Transacional.

Orientadora: Mary Luce M. Souza Melazzo

UBERLÂNDIA – MG

2016

FACULDADE JK MICHELANGELO

**UNIÃO NACIONAL DE ANALISTAS TRANSACIONAIS –
UNAT – BRASIL**

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E
SÍNDROME DE PASSIVIDADE: UM DIALÓGO POSSÍVEL**

PÓS-GRADUAÇÃO EM ANÁLISE TRANSACIONAL

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E
SÍNDROME DE PASSIVIDADE: UM DIALÓGO POSSÍVEL**

ALINE GONÇALVES URIAS

UBERLÂNDIA – MG

2016

ALINE GONÇALVES URIAS

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E
SÍNDROME DE PASSIVIDADE: UM DIALÓGO POSSÍVEL**

Artigo de conclusão do curso apresentado à Faculdade JK/Michelangelo e União Nacional de Analistas Transacionais – UNAT-BRASIL, como requisito parcial do curso de Pós-Graduação para obtenção do título de especialista em Análise Transacional.

Orientadora: Mary Luce M. Souza Melazzo

UBERLÂNDIA – MG

2016

FACULDADE JK MICHELANGELO

**UNIÃO NACIONAL DE ANALISTAS TRANSACIONAIS –
UNAT – BRASIL**

PÓS-GRADUAÇÃO EM ANÁLISE TRANSACIONAL

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E
SÍNDROME DE PASSIVIDADE: UM DIALÓGO POSSÍVEL**

ALINE GONÇALVES URIAS

UBERLÂNDIA – MG

2016

ALINE GONÇALVES URIAS

**VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E
SÍNDROME DE PASSIVIDADE: UM DIALÓGO POSSÍVEL**

Artigo de conclusão do curso apresentado à Faculdade JK/Michelangelo e União Nacional de Analistas Transacionais – UNAT-BRASIL, como requisito parcial do curso de Pós-Graduação para obtenção do título de especialista em Análise Transacional.

Orientadora: Mary Luce M. Souza Melazzo

UBERLÂNDIA – MG

2016

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E SÍNDROME DE PASSIVIDADE: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Aline Gonçalves Urias
Faculdade JK/Michelangelo
UNAT – BRASIL – União Nacional dos
Analistas Transacionais

RESUMO

O trabalho em questão se propõe a buscar o entendimento das relações conjugais permeadas pela violência à luz de alguns conceitos da Análise Transacional (AT), teoria criada pelo psiquiatra canadense Eric Berne como forma de estudo da personalidade e interação humanas. Por meio da oferta de atendimentos psicológicos a público feminino com vivência de violência doméstica praticada pelo companheiro, foi possível à autora deste artigo observar condutas que podem ser lidas através da Síndrome de Passividade, que abarca definições como Simbiose, Desqualificação e Comportamentos Passivos para compreender a não reação ou reação inadequada de indivíduos perante determinadas situações. Dados mostram que há mulheres por todo o mundo, independente de cultura, religião ou condição econômica, enfrentando formas diversas de violência em seus lares. Paralelo a isso, as discussões sobre o tema e o lugar da mulher na sociedade também são crescentes, especialmente através das atuais mídias de comunicação. Dessa forma, verificou-se por este estudo a possibilidade de diálogo da AT com o assunto, contribuindo para interpretação da dinâmica de tais relacionamentos por meio de conceitos consistentes, assim como fornecendo instrumento para ações curativas e preventivas.

Palavras-chave: Violência doméstica. Análise Transacional. Passividade. Simbiose. Desqualificação.

DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN AND PASSIVITY SYNDROME: A POSSIBLE CONVERSATION

ABSTRACT

This paper proposes to seek the understanding of marital relationships permeated by violence in the light of some concepts of Transactional Analysis (TA), a theory created by the Canadian psychiatrist Eric Berne as a way to study the human personality and interaction. Through the provision of psychological assistance to female subjects who suffered domestic violence from a partner, it was possible to the author of this article to observe behaviors that can be understood by Passivity Syndrome, which includes definitions such as Symbiosis, Disqualification and Passive Behavior to understand the lack of reaction or the inappropriate reaction of individuals towards

certain situations. Data show that there are women all over the world, regardless of culture, religion or economic status, experiencing different forms of violence in their homes. Parallel to this, the discussions about the issue and women's place in society are also increasing, especially through the current media communication. Therefore, this study found out the possibility of the TA dialogue with the subject matter, contributing to the dynamic interpretation of such relationships through consistent concepts, as well as providing means for curative and preventive actions.

Keywords: Domestic violence. Transactional Analysis. Passivity. Symbiosis. Disqualification.

O interesse pelo estudo do tema sobre o qual versa este artigo deriva de experiência profissional da autora em atendimentos psicológicos a mulheres com vivência de violência doméstica praticada pelo parceiro íntimo realizados em Clínica Escola de Psicologia e serviços públicos de Assistência Social. De forma mais específica, houve uma busca pela compreensão do comportamento das usuárias atendidas no que diz respeito à permanência ou retomada do relacionamento abusivo.

De acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) o Brasil contava com cerca de 190,7 milhões de pessoas. Dados envolvendo gênero mostraram cerca de 93,4 milhões homens e 97,3 milhões de mulheres e que o número de mulheres a mais do que homens no Brasil seria próximo de 4 milhões, constituindo, portanto, maioria da população brasileira.

É possível acompanhar franco debate no Brasil envolvendo o gênero feminino. Na esfera das políticas públicas pode-se citar o desenvolvimento de projetos voltados para garantia de direitos da mulher, como criação de uma Secretaria específica em âmbito federal, leis como Maria da Penha e do Femicídio, expansão da rede de atendimento de saúde e assistência social, as controversas porções do transporte público destinado a mulheres em algumas capitais e o debate sobre direitos reprodutivos e sexuais. Em termos de economia, aumento de competitividade no mercado de trabalho, chefia de famílias e discriminação; na cultura observa-se o uso de estereótipos envolvendo a figura da mulher brasileira no meio midiático, publicitário e do turismo internacional.

Já na vida em sociedade, é possível contato com idéias e falas de homens e mulheres sobre o feminino e o masculino. Algumas vezes tais concepções estão fortemente pautadas em uma cultura de raízes patriarcais e na qual a violência é ainda vista por muitos como meio de se educar e se relacionar com o outro. Tal pressuposto pode ser observado tanto nas

instâncias privadas – como a manutenção de práticas parentais violentas em alguns lares, por exemplo – e públicas, podendo citar desde atitudes agressivas no trânsito ou brigas entre torcidas de futebol até instituições e Estados violentos. O preconceito, a intolerância e a discriminação em suas diversas facetas envolvem divergências religiosas, socioeconômicas, de cor da pele, orientação afetivo-sexual e também questões de gênero.

Dahlberg & Krug (2006, p.1165) pontuam a definição de violência dada pela Organização Mundial de Saúde (1996) como “uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”. As autoras supracitadas pontuam que ao observar-se o uso da palavra – poder – é possível constatar que a definição contempla situações para além do contato físico, incluindo, portanto, aquelas onde há ameaça, intimidação, negligência ou omissão.

Pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado (2013) estimou que no Brasil mais de 13 milhões e 500 mil mulheres já teriam sofrido algum tipo de violência, sendo que 65% teriam o parceiro - marido, amásio ou namorado - como agressor e 31% dessas mulheres ainda conviveriam com o autor da violência. Ex-companheiros também foram descritos como responsáveis por 13% dos casos de agressão.

Em atendimentos prestados a mulheres com tal vivência foi possível observar nas usuárias estágios de compreensão bastante diversos sobre a mesma problemática enfrentada, assim como avanços e retrocessos individuais de tais mulheres a respeito. Eram constatadas falas incoerentes sobre a relação abusiva, pouca orientação para ação ou para rompimento com a situação disfuncional, mudanças que se iniciavam e não se mantinham, dificuldade de reconhecer as próprias necessidades, justificativas para as agressões muitas vezes baseadas em mitos sociais sobre amor, ciúme e sofrimento, bem como avaliações não condizentes com a gravidade da experiência no ambiente doméstico.

Schiff (1986) parte do entendimento de que o organismo considerado sadio é reativo, ou seja, responde a estímulos e, assim, desenvolveu pesquisas junto a outros autores acerca da não reação ou reação ineficaz por parte de alguns indivíduos perante determinadas situações. Dessa forma, surgiram publicações acerca da Síndrome de Passividade, desenvolvendo conceitos como Simbiose, Passividade e Desqualificação para compreensão de tal funcionamento.

Considerando a relevância dos dados estatísticos, debates atuais envolvendo violência doméstica contra a mulher e do pressuposto de que a Análise Transacional é uma teoria que estuda a personalidade e a interação humana, este artigo pretende apresentar uma possível leitura dos relacionamentos conjugais violentos à luz dos conceitos citados no parágrafo anterior, focando, especialmente, no comportamento feminino dito passivo. É importante ressaltar tal viés pois a experiência da autora se deu em centro de atendimento às mulheres, tendo raros contatos com os companheiros, daí maior visibilidade da experiência feminina no texto. A literatura traz a existência de abusos diversos em relações homoafetivas, no entanto, este artigo irá se debruçar sobre tal aspecto nas relações heteroafetivas.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Segundo definição posta pelo artigo 5º da Lei 11.340 (2006, p. 1) conhecida como Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Contempla situações envolvendo pessoas que possuem parentesco biológico ou de afinidade, que compartilham uma unidade doméstica enquanto espaço de convivência com ou sem vínculo familiar e ainda aquelas nas quais agressor e vítima tenham ou já tenham tido relacionamento afetivo, independente de residência comum ou de orientação afetivo-sexual.

Antes de se falar propriamente sobre violência doméstica contra a mulher é preciso fazer um breve resgate da construção da relação de gênero através da História.

Borin (2008) pontua que as expectativas sobre o que é papel e função de cada gênero variam de acordo com o contexto cultural e o momento histórico: ao se analisar as civilizações que influenciaram a cultura ocidental percebe-se que desde a Antiguidade até a Idade Média o feminino estava atrelado à participação na vida doméstica e estigmatizado até mesmo como perigoso, já o masculino tomava à frente das atividades sociais, construindo valores cívicos, intelectuais e políticos. A partir do Renascimento, Revolução Industrial e Revolução Francesa há uma maior participação da mulher na esfera social e do trabalho, no entanto, ainda em condições inferiores às dos homens.

Desde então, as lutas pelas conquistas de direitos e igualdade entre gêneros são constantes. Ganhos significativos podem ser apontados em aspectos diversos, no entanto, parcela importante da população feminina mundial está exposta à violência nas relações conjugais.

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno estudado internacionalmente, sendo que a pessoa agredida demanda suporte médico, psicológico e jurídico, além da possibilidade de que a vivência da violência favoreça um déficit na área econômica devido ausências ou abandono de empregos e queda de produtividade laboral (BUCKLEY, 2000 apud BORIN, 2008).

A questão é erroneamente associada à pobreza, entretanto, países economicamente desenvolvidos também enfrentam tal problemática. No Canadá, por exemplo, mais da metade das mulheres assassinadas pelos parceiros íntimos já haviam prestado queixa acerca dos abusos vividos e todo ano mais de 90.000 mulheres e crianças daquele país são acolhidas em abrigos especializados (COLLEMAN, 1999 apud BORIN, 2008).

A Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006, traz especificidades sobre a violência doméstica contra a mulher em seu artigo 7º, categorizando-a em cinco formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Tal divisão é importante à medida que dá visibilidade a atitudes que não passam por agressão física, que é mais comumente associada à ideia de abuso.

Essa primeira forma de violência, a física, é definida pelo artigo em questão como sendo “qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (LEI 11.340, 2006, p. 1). Outra expressão em âmbito concreto é a patrimonial, citada como

qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (LEI 11.340, 2006, p. 1).

Já quando se pensa em formas de violência sem contato físico, a referida lei traz a violência moral, pontuada como “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (Lei 11.340, 2006, p. 1) e a violência psicológica, posta como

qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (LEI 11.340, 2006, p. 1).

No entanto, tais condutas de teor agressivo em sentido psicológico podem não ser legitimadas pela própria mulher como sendo uma forma de violência, podendo haver entendimento de que não se tratam de comportamentos que mereçam ser levados à denúncia formal. Há ainda possibilidade de que a mulher com tal vivência possa acolher opiniões de pessoas de seu círculo social de confiança e permanecer na relação, por motivos diversos (WYNTER, 2001 apud CASIQUE CASIQUE & FUREGATO, 2006).

A violência sexual dentro das relações conjugais também é discussão importante na sociedade atual, dada à existência de uma construção de papéis que por muito predominou – homem desempenhando papel ativo e mulher passivo – desde a economia até à intimidade sexual, tendo a mulher suas funções ligadas à reprodução, cuidados domésticos e aos chamados deveres conjugais (DANTAS-BERGER & GIFFIN, 2005). No entanto, a Lei Maria da Penha (2006, p. 1) categoriza a violência sexual e a reconhece inclusive dentro da convivência doméstica do casal:

qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

De acordo com García-Moreno & Heise (2002) e Aliaga, Ahumada & Marfull (2003) as consequências da violência doméstica contra a mulher abrangem os domínios pessoal, familiar e social da agredida. Para a saúde da mulher em questão são verificadas consequências de ordem física como fraturas, lesões externas e internas, escoriações, hematomas, fibromialgia, danos oculares, queimaduras, distúrbios ginecológicos, aborto espontâneo, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, incapacidade ou óbito, entre outros. Já os aspectos psicológicos/comportamentais incluem baixa autoestima, depressão, transtornos ansiosos, ideação de autoextermínio, uso e/ou abuso de álcool ou outras drogas, alterações no sono, alimentação, sentimentos de culpa, vergonha, práticas sexuais não seguras, entre outros (CASIQUE CASIQUE & FUREGATO, 2006).

No que tange à família, considera-se que filhos do casal, ao presenciar tais fatos entre os parceiros, podem vir a sofrer ansiedade, depressão, apresentar transtornos de conduta ou até mesmo ter seu desenvolvimento cognitivo lentificado. Fala-se ainda que, ao vivenciarem tal

experiência, essas crianças ou adolescentes têm potencializadas suas chances de se tornarem futuras vítimas ou agressores (CASIQUE CASIQUE & FUREGATO, 2006).

No campo das políticas públicas e setor econômico brasileiros, observam-se efeitos tanto em custos oriundos da demanda de assistência integral à mulher vitimizada quanto perdas de produtividade para o país. Dados sinalizam que o Sistema Único de Saúde direciona todo ano entre 8% e 11% do seu teto bruto para desdobramentos da violência e acidentes e que o Brasil perderia 11% de seu Produto Interno Bruto em razão da violência (BRASIL, 2012).

Pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado do Senado Federal (2013) aponta dificuldades das companheiras em levar a violência praticada pelo parceiro íntimo à denúncia formal, fazê-lo após inúmeras agressões ou ainda não fazê-lo, por fatores diversos, como medo do agressor, vergonha, dependência financeira, preocupação com a criação de filhos ou por não conhecer seus direitos.

Para além dos fatores citados pela pesquisa acima, em seguida serão apresentados alguns conceitos da Análise Transacional, teoria desenvolvida pelo psiquiatra canadense Eric Berne e que possibilita entendimento da personalidade e interação entre os indivíduos. Tais conceitos podem ofertar uma contribuição para o entendimento da dinâmica das relações conjugais abusivas entre homem e mulher.

ALGUNS CONCEITOS EM ANÁLISE TRANSACIONAL (AT)

De acordo com Schiff (1986, p.8) “uma Simbiose ocorre quando duas ou mais indivíduos se conduzem como se formassem entre eles uma pessoa única”. É considerada natural entre pais e filhos e necessária durante o desenvolvimento humano, uma vez que deverá promover a sobrevivência e atender às demandas de dependência em cada etapa da vida, até que o indivíduo possa existir de maneira independente. Essa é a Simbiose considerada saudável.

A existência da Simbiose saudável deve favorecer o desenvolvimento do indivíduo rumo à autonomia, proporcionando a capacidade de espontaneidade, consciência e intimidade, o que para Berne (1974) é sinônimo de saúde mental (SCHIFF, 1986). Tal Simbiose é fundamental quando há a falta de habilidades físicas ou mentais, informações ou Carícias – essas definidas por Berne (1988, p. 352) como “unidades de reconhecimento”. É o que se observa referente a

crianças, pessoas com limitações físicas ou intelectuais ou com depressão reativa (SCHIFF, 1986).

Schiff & Schiff (1974) sinalizam que as patologias podem resultar de perturbações na relação simbiótica, no processo de diferenciação da mãe ou na Parentalização inadequada. Os autores citam separação, indiferença, negligência, superproteção ou deixar de preparar a criança para resolução de seus próprios problemas como exemplos que favorecem desenvolvimento da patologia.

Schiff (1986), ao realizar trabalhos com pacientes que apresentavam psicopatologias detectou a existência de tais perturbações, tentativas de restabelecer a relação simbiótica ou reação de raiva a ela por parte dos pacientes.

Dessa forma, a Simbiose é patológica ou disfuncional quando interfere no desenvolvimento da espontaneidade, consciência e intimidade, afetando a sobrevivência ou satisfação do indivíduo. Tal análise é feita à medida que cada um dos envolvidos apresenta apenas uma parte das habilidades ou estruturas de personalidade necessárias (SCHIFF, 1986).

Portanto, diante da forma como a relação simbiótica se dá, três pontos negativos são observados: uma ameaça a uma das partes envolvidas é uma ameaça ao todo, as opções individuais se tornam escassas porque há a necessidade de proteger o outro na relação e, por último, a resolução de problemas se torna limitada, pois há apenas uma visão do fato em questão (SCHIFF, 1986).

Quanto à estrutura, a Simbiose pode ser dita competitiva ou complementar. No primeiro caso, os indivíduos disputam a mesma posição na relação, gerando instabilidade, raiva, agitação ou incapacitação, pois buscam o lugar que consideram o mais favorável. Algumas vezes uma das partes poderá ceder ou ainda haver um abandono da relação. Já na Simbiose Complementar, cada um dos envolvidos concorda com a posição escolhida, ou seja, as posições já estão estabelecidas. Porém, é importante ressaltar que os arranjos simbióticos são dinâmicos, podendo ter seus contratos refeitos, posições e papéis mudando com frequência, fortalecendo sua intensidade à medida que a relação é ameaçada ou que haja a necessidade dos indivíduos de resolver problemas (SCHIFF, 1986).

Schiff (1986) identificou quatro comportamentos ditos passivos utilizados pelas pessoas como estratégias internas e externas para estabelecimento ou manutenção de uma Simbiose patológica: Não Fazer Nada, Superadaptação, Agitação e Incapacidade ou Violência.

O primeiro deles é Não Fazer Nada, entendida como “não reação a estímulos, problemas ou opções” (p. 14). Existe pouco pensamento sobre o que está ocorrendo e a energia é dirigida para inibição de respostas. Diz-se que há Superadaptação quando o indivíduo não identifica suas próprias metas, entretanto, aceita ou fantasia sobre as dos outros, sem pensar a respeito. A Agitação é a exibição de comportamentos repetitivos, sem objetivo e improdutivos, que têm função de consumir energia proveniente de incômodo sentido pelo indivíduo. Por último, a Incapacitação ou Violência, que consiste na descarga da energia acumulada enquanto a pessoa vinha sendo passiva ou na situação de rompimento da simbiose, e não há reflexão alguma. Como exemplos de incapacitação há desmaios, dores de cabeça ou vômitos e, de violência, a exibição de comportamentos agressivos contra pessoas ou propriedades (SCHIFF, 1986).

Relacionado aos Comportamentos Passivos está o conceito de Desqualificação, também definido por Schiff (1986, p.18) como sendo “mecanismo interno que envolve pessoas que minimizam ou ignoram alguns aspectos de si próprias, de outras pessoas ou da situação real”. As pessoas que utilizam esse mecanismo interno podem desqualificar em três áreas, três tipos e quatro modos. Quando se fala em área, corresponde a desqualificar algum aspecto sobre si, os outros ou a realidade. No que diz respeito a tipo, significa que o sujeito desqualifica estímulos internos ou externos, problemas ou opções, de quatro modos: existência, significado, possibilidade de mudança e habilidades pessoais (SCHIFF, 1986).

Por meio da Desqualificação o indivíduo poderá manter e reforçar suas relações simbióticas, afirmando sua “estrutura de respostas (caminhos neurais) associadas (condicionadas) que integra os diferentes Estados de Ego em resposta a estímulos específicos” (Schiff, 1986, p. 58), o denominado Quadro de Referência e ainda estar em Jogos Psicológicos - esses definidos por Berne (1988, p. 354) como “ uma série de Transações com uma isca, uma fraqueza, uma mudança e uma confusão, levando a um desfecho”. O uso da Desqualificação também possibilita à pessoa levar adiante seu *Script* - para Berne (1988, p. 356) “um plano de vida baseado numa decisão feita na infância, reforçado pelos pais, justificado por acontecimentos subsequentes e culminando com a alternativa escolhida”.

Para Schiff (1986), embora seja um mecanismo interno, a Desqualificação pode ser observada por meio da exibição dos Comportamentos Passivos e comportamentos no Triângulo Dramático de Karpman - diagrama que mostra as possíveis mudanças de papéis nos Jogos: Perseguidor, Salvador e Vítima. Pode ser evidenciada ainda pelo uso das Transações

Redefinidoras, comunicações onde a resposta não condiz com a pergunta pois há Desqualificação de algum aspecto do estímulo por parte daquele que respondeu (SCHIFF, 1986).

As Desqualificações prejudicam o pensamento efetivo e a resolução de problemas do indivíduo, pois ocorrem processos que acabam por interferir negativamente no funcionamento do Estado de Ego Adulto (SCHIFF, 1986). Berne (1988, p. 351) aponta que esse Estado de Ego é “orientado para o processamento de dados objetivo e autônomo e para o cálculo de probabilidades”.

A Grandiosidade é outro mecanismo interno ligado à Simbiose, à Desqualificação e à Passividade. Tem a função de fornecer uma justificativa para manutenção da relação simbiótica, consistindo em exagerar, maximizar ou minimizar, aspectos de si, do outro ou da situação. Acaba por ser compensadora de sentimentos de inadequação dos indivíduos, que não assumem a responsabilidade por seus comportamentos, mas a transferem para outras pessoas ou situação (SCHIFF & SCHIFF, 1974).

Tanto a Desqualificação, quanto os Comportamentos Passivos e a Grandiosidade fazem parte do que se chama mecanismo de Redefinição. Mellor e Schiff (1980) citam que o uso da Redefinição tem para o indivíduo a função de manter a visão de si, do outro e do mundo, defendendo-se de estímulos que ameacem seu Quadro de Referência e que o impeça de conduzir seu *Script*. A Simbiose seria “tanto causa como efeito da Redefinição, enquanto a sobrevivência ou ter as necessidades atendidas é o objetivo e a motivação” (SCHIFF, 1980, p. 116)

UMA APROXIMAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Observações realizadas pela autora deste artigo na prática de atendimento psicológico a mulheres com vivência de violência doméstica pelo parceiro íntimo convergem com considerações feitas pela AT sobre relações simbióticas.

Na atuação profissional da autora deste artigo, verificava-se que as uniões das mulheres atendidas aos seus parceiros agressivos haviam ocorrido na adolescência ou início da idade adulta, sendo que algumas vezes o agressor era primeiro parceiro da vida daquela mulher. Pensando na questão do desenvolvimento humano, pode-se supor a existência de aspectos não devidamente resolvidos na história de ambos quando do início do relacionamento (bases simbióticas).

No entanto, algumas mulheres relatavam que passaram pela mesma situação com mais de um companheiro, assim como alguns agressores eventualmente tinham histórico de abusos pregressos, podendo indicar um padrão de ligações afetivas com parceiros que favoreciam a ocorrência da Símbiose.

Não raro as famílias de origem da mulher e do homem, depois de algum tempo, não mais interferiam na dinâmica do casal ou se mostravam incrédulos de possibilidade de mudança. Ao se realizar uma análise do histórico transgeracional era comum encontrar outros casais com vivências semelhantes nas famílias de ambos. Tal fato também pode sinalizar a transmissão de mensagens parentais que propiciem envolvimento dos filhos em relações afetivas disfuncionais ou repetição de um padrão.

Verificava-se que algumas mulheres traziam relatos de comportamentos agressivos por parte dos companheiros exibidos já desde o período do namoro e citavam que tinham expectativas de mudar a conduta do parceiro por meio da união conjugal ou com o nascimento de filhos, atribuindo a possibilidade de mudanças comportamentais do homem a aspectos exteriores a ele ou minimizando fatos importantes já vivenciados na relação, situações nas quais já poderia ser detectada a Grandiosidade.

As razões para a violência apresentadas pelas mulheres eram ligadas com frequência também a fatores externos ao companheiro, como uso de substâncias psicoativas por ele (bebida alcoólica ou drogas ilícitas), problemas no trabalho (ou a falta desse para o homem) ou supostas influências negativas de amigos. Esperanças de melhora no relacionamento eram evidenciadas pelas usuárias à medida que o homem afirmava que iria “mudar”, buscando demonstrar tal fato utilizando-se de adesão a algum culto religioso, mostrando-se aberto a tratamento para abuso de álcool/drogas ou saindo de situação de desemprego. Portanto, é possível também que houvesse uma transferência excessiva de responsabilidades para terceiros ou para o ambiente a respeito da dinâmica do casal, podendo dar indícios de Grandiosidade como justificativa para diversos pontos.

É possível identificar Desqualificações no comportamento das mulheres atendidas em hierarquias diversas. A não legitimidade à existência de um estímulo pode ser detectada quando a mulher não acredita que na sua situação conjugal exista violência; deixar de considerar a violência um problema pode ser observada quando na fala aparecem crenças como “quem ama sente ciúme e cuida”, ignorando o significado do risco à sua saúde física e mental. Acreditar que

não há possibilidade de mudança da realidade que na qual vive pode ser identificada quando as usuárias citavam que somente a morte de um ou outro solucionaria a questão; já Desqualificar a existência de Opções e sua própria habilidade de resolver o problema era observada quando nos atendimentos as mulheres verbalizavam :“não tem jeito mesmo”, “como eu faço sem ele?”, “pra onde vou?” ou “vocês precisam fazer alguma coisa” .

Condutas exibidas por essas mulheres podem ser relacionadas aos Comportamentos Passivos: não atuar para o rompimento da situação, não buscar suporte ou não realizar a denúncia formal; viver em conformidade com exigências do parceiro, deixando de trabalhar, de visitar familiares ou sair de casa, Superadaptando-se; a Agitação era percebida quando a mulher telefonava à instituição dizendo haver certa urgência no atendimento ou visita domiciliar e que desta vez a relação havia de fato acabado; a Incapacitação poderia ser exibida na forma da dependência financeira ou de bens e adoecimento físico; a Violência na quebra de objetos e eletrodomésticos, luta corporal entre o casal, tentativa de suicídio ou homicídio.

Eram comuns os relatos de extenso histórico de agressões anteriores à primeira queixa formal, assim como denúncias reiteradas por anos a fio, com prisões e solturas frequentes do companheiro, culminando em diversos rompimentos e retomadas da união. A denúncia poderia significar a ruptura da Simbiose, além da exposição de si mesma, do parceiro e da relação, trazer sentimentos de culpa ou vergonha, lidar com o medo das reações do companheiro, reabilitação em postos de saúde, IML e delegacias, eventualmente não receber credibilidade nos serviços buscados, vivenciar pouca expectativa de responsabilização do agressor ou resolução da situação - caminho esse podendo ser percorrido diversas vezes e até pontos diferentes.

No que diz respeito particularmente à autonomia financeira, era possível observar que algumas mulheres viviam total dependência econômica do companheiro, tinham renda insuficiente ou apenas acesso a algum programa de transferência de renda e, dessa forma, justificavam a permanência na relação abusiva - usuárias traziam histórias de proibição de atividades laborativas e até mesmo de saídas de casa ou visita a familiares.

No entanto, algumas dessas mulheres que vivenciavam tal condição, quando mobilizadas à organização da rotina, confecção de currículos, utilização da rede de educação para os filhos ou inscrição em cursos profissionalizantes, recuavam em suas iniciativas. Tais atitudes,

que sinalizariam início de Descontaminação e maior catexia do Estado de Ego Adulto, podem apontar para a Redefinição.

Esse mecanismo podia ser evidenciado de maneira operacional, por exemplo, pelas falas das mulheres envolvendo a relação violenta após ameaça de rompimento da Simbiose, atribuindo a si mesma a responsabilidade pelas agressões, esquivando-se do assunto, arrependendo-se da denúncia, retornando ao lar ou aceitando o companheiro novamente, demonstrando também possível vivência de nova Superadaptação.

Pensando em fatores que ameaçam a Simbiose, pode-se também refletir sobre a atribuição dada ao atendimento prestado à mulher com tais vivências. Notava-se em algumas usuárias o medo de que o contato com os profissionais (psicólogo e/ou assistente social) fosse descoberto pelo parceiro, tanto no contexto de atendimento na instituição quanto por meio de visitas domiciliares. Eram comuns faltas ou o abandono do acompanhamento em momentos nos quais a relação reestabelecia certa estabilidade, com reconciliação e cessar dos conflitos.

Com relação a esse ponto, tais relacionamentos conjugais pareciam apresentar um curso intermitente, havendo períodos bastante dinâmicos, havendo brigas e agressões, e outros períodos mais estáveis após reconciliação e promessas de mudanças. Tal observação poderia dar indícios de estabelecimento de uma complementaridade de Estados de Ego, momentos de competição por algum deles ou situação de proximidade de rompimento da Simbiose. Quando de iminência de dissolução da união, conflitos permeados pelo uso da Incapacitação ou Violência eram claros, especialmente com agressões físicas, ameaças de homicídio ou extermínio.

Grande parte das usuárias atendidas tinham filhos ainda crianças, e comumente, mais de um: muitos nasciam em período de crise ou eram geradas com a expectativa de que o nascimento poderia melhorar a relação do casal. Tais crianças presenciavam e viviam os desdobramentos da situação de conflito conjugal e na prática profissional da autora era corriqueiro presenciar em tais famílias intervenções de órgãos de direito da criança (como Conselho Tutelar, escolas ou rede de saúde) devido implicações para os filhos da dinâmica dos pais. Pode-se considerar inclusive que apenas o fato de presenciar frequentes agressões entre os adultos caracteriza a violência psicológica contra a criança ou adolescente, havendo ainda possibilidade de ocorrência de outras formas de abuso no lar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do diálogo entre a Análise Transacional e a questão da violência doméstica contra a mulher, pôde-se observar o quanto a teoria pode contribuir para o âmbito das políticas e atendimento voltado para tal público. Esse diálogo pode ser ainda mais favorecido quando complementado por outros conceitos da AT, como Jogos Psicológicos, Carícias e *Script*.

Ganhos referentes à autonomia, espontaneidade e intimidade em determinado núcleo da vida do indivíduo poderão refletir em outras áreas (como a profissional e social), tendo a pessoa maior consciência de seu funcionamento consigo, com o outro e na realidade onde está inserida, ao passo que a manutenção da relação simbiótica mantém a dependência, afeta a saúde mental e a sobrevivência do ser.

O tratamento da Simbiose disfuncional também é importante no sentido de que poderá promover melhorias para além dos envolvidos. De maneira sistêmica os ganhos serão capazes de influenciar as demais relações que circundam a pessoa ou o casal, especialmente filhos, atuando em caráter preventivo.

Ainda sobre o campo da prevenção, esse pode tornar-se fértil à medida que atividades socioeducativas, já existentes nas diversas políticas públicas, abordem a temática com direcionamento a adolescentes e mulheres e, assim, contribuam para possível identificação de fatores de risco e/ou prevenção de agravos.

Fala-se bastante acerca do atendimento à mulher agredida, no entanto, seria também importante a oferta de atendimento ao homem agressor, uma vez que esse apresenta suas próprias questões a serem trabalhadas no que tange às relações que estabelece, seja com uma única parceira ou com várias ao longo da vida.

Convém lembrar que a violência perpassa todas as camadas socioeconômicas, portanto, as parcelas da sociedade que constituem classe média e alta podem lidar com o problema de maneira ainda mais velada e privada, dentro de consultórios de médicos psiquiatras, psicólogos ou acessando instituições religiosas – campos onde o conhecimento da Análise Transacional também pode ser utilizado.

REFERÊNCIAS

BERNE, Eric. *O Que Você Diz Depois de Dizer Olá?* São Paulo: Nobel, 1988.

BORIN, Thaís Belloube. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-30092008-125835/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 ago 2006. Seção 1, p. 1-4. Disponível em : <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2006/08/08>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica**. 3.ed. Brasília, DF, 2012. 124 p.

CASIQUE CASIQUE, Leticia; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.l.], v. 14, n. 6, p. 137-144, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/2385>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G.. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2016.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 2, p.417-425, abr.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Demográfico 2010: estatísticas de gênero**. Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=1,2,-2,-3,128&ind=4707>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MELLOR, Ken; SCHIFF, Eric. Redefinição. In: **Prêmios Eric Berne 1971-1997**. 4. ed. Porto Alegre: UNAT – BRASIL, março, 2010. p. 115-129.

SENADO FEDERAL. Secretaria da Transparência. Instituto DataSenado. **Pesquisa Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasil, março, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf>. Acesso em: 12 jan.2016

SCHIFF, Jacqui Lee. **Tratamento de Psicoses - Leituras do Cathexis**. UNAT – Brasil, 1986.

SCHIFF, Jacqui Lee; SCHIFF, Aaron Wolfe. Passividade. In: **Prêmios Eric Berne 1971-1997**. 4. ed. Porto Alegre: UNAT – BRASIL, março, 2010. p. 29-40.